

A Multiplicidade da Guerra Cabana: notas sobre os atores indígenas

Leandro Mahalem de Lima
NHII-USP, Capes

Em encontro anterior da ANPUH (Unicamp, 2004), no seminário temático “O lugar dos Índios na História”, também coordenado pelo prof. Dr. John M. Monteiro, pude apresentar um trabalho que precede este (Mahalem de Lima, 2004). Nele propus, inspirado na revisão bibliográfica de Balkar Pinheiro (1998), uma primeira reavaliação crítica dos fundamentos teórico-metodológicos que balizaram os diversos matizes historiográficos que se debruçaram sobre os eventos da Cabanagem até as comemorações do sesquicentenário na revolta (Chiavenato, 1984; Di Paolo, 1986), quando os *cabanos* passaram a figurar não como “desordeiros”, mas como povo em luta contra a opressão.

Foi neste momento que se sedimentou plenamente a inversão valorativa iniciada por Caio Prado Jr. (1936). Aos *cabanos* deixou-se de atribuir qualificações pejorativas, para que eles fossem vistos como povo unido, em busca de justiça. Minha proposta de reavaliação, entretanto, teve como objetivo demonstrar o caráter monolítico que fundamentou até mesmo estes tais modelos.

Apesar de preocupadas com a reabilitação popular, estas análises se embasaram em esquemas unitários, demasiadamente vinculados ao Estado, e enormemente distantes das contradições objetivas entre os próprios rebelados. Tais modelos monolíticos, desta feita, acabam por ser herdeiros da esquematização categorial proposta pela própria repressão legalista. Dito de outra maneira, houve uma descontinuidade valorativa, mas uma continuidade do esquema categorial da repressão, que acabou por comprometer tais análises.

A principal característica, deste ponto que afirmo, é o próprio uso acrítico do termo identificador *cabano*. Não se trata de uma auto-denominação englobante de um grupo antagônico à legalidade, mas sim do termo que esta própria forjou para desqualificar a ação política de todos aqueles que lhe eram contrários, legitimando, assim, um processo repressivo generalizado. Ser *cabano* pouco nos esclarece sobre os grupos atuantes nos eventos, e muito versa sobre a repressão legalista. Este identificador, desta maneira, não pode ser utilizado como conceito analítico, capaz de identificar grupos em atuação; mas deve sim, ter seus sentidos profundos desvelados pelo observador.

O deslocamento da significação do que é ser *cabano* abre-nos, evidentemente, novas questões. Se não se trata de um grupo, mas sim da categoria identificadora dos inimigos da ordem imperial, pela própria ordem imperial, quem eram, afinal, estes grupos? Esta é a grande questão.

Na documentação da repressão é possível observar que, em várias oportunidades, o termo *cabano* é utilizado como sinônimo de *malvado*, ou de *homem fera*, ou de *tapuio*. Assim, se não é possível daí supor um grupo, é possível apreender pelo menos uma condição: ser *cabano* está, enormemente, vinculado a ser índio, negro, mameluco; ou, para ampliar as possibilidades, ter uma existência social estranha e alheia à ordem a ser instituída pelo Estado em formação. Trata-se do não-civilizado, ou, em outras palavras, do Outro como empecilho, que deveria ser subjugado, incorporado, ou mesmo exterminado.

Entretanto, não foram apenas estas condições que o termo *cabano* foi capaz de abarcar. Os líderes partidários, como, por exemplo, Batista Campos, Félix Malcher, os irmãos Vinagre e os irmãos Angelim, também foram englobados por este termo. A expressão “Presidente Cabano” é comumente veiculada na historiografia, e, surge da própria documentação da repressão. É preciso esclarecer que a regência imperial não reconheceu tais governos e, a todos os momentos, os considerou como “governos intrusos”. Os “Presidentes Legaes” mantiveram seus despachos, durante os períodos em que perderam a Capital, ou à bordo da fragata ‘Campista’, ou na ilha de Tatuóca. Foram governos deslocados de seu centro, governos em posição liminar. Os governos rebeldes que detinham o palácio eram governos Outros, ilegítimos, que deveriam ser reprimidos, para o restabelecimento da Ordem, em nome do imperador D. Pedro II. Eram, portanto, “governos cabanos”.

A condição *cabana*, assim, é sempre uma condição qualificada na negativa. Trata-se, sempre, daquele que questionou a ordem Imperial e que deveria ser reprimido. Tal condição, negativamente qualificada, insisto, não pode ser imediatamente transladada à identificação de grupos atuantes nas disputas. Ela pode apenas nos fornecer indicações, mas não conteúdos sociais substantivos. Ela é uma identificação depreciativa, uma adjetivação negativa, o avesso do *legal*.

Legal e *cabano*, os dois termos-chave que o Império do Brasil utilizou para qualificar os atores sociais em luta no Grão-Pará, na década de trinta do século XIX. O Nós e o Outro, o primeiro positivado, a auto-identificação da pertença ao Império, da pertença à civilização, da pertença à própria humanidade; o segundo, seu contrário, sua negação. O *cabano* é, desta feita, a imagem da ausência do Estado Imperial, a figura da selvageria, a negação da própria condição humana. O *legal* é o “homem de bem”, o “cidadão respeitável”; o *cabano* é o “bárbaro”, o “selvagem”, o “homem fera”.

O erro da historiografia do sesquicentenário da revolta (Chiavenato, 1984; Di Paolo, 1986), e também de Caio Prado Jr. (1936), que tentaram legitimamente reabilitar o caráter positivo das lutas dos vencidos durante a Cabanagem, foi a crença de que a simples positivação do *cabano* poderia efetivar tal intuito. O qualificador negativo da repressão imperial passou a figurar como o aspecto unificador

do povo em luta na historiografia. Se o *legal* era o que representava, para o Império, a unidade positiva do Estado; o *cabano*, para tais historiadores, passou a representar a unidade positiva do povo em luta contra a opressão. Os *cabanos* passaram a ser um grupo popular unido, contra a opressão e pelo controle justo do Estado. A tentativa de tomada do poder teria malogrado pela falta de um projeto político claro. Mais uma vez é a falta, a ausência, que determinam, ao fim e ao cabo, o ser *cabano*.

A positivação da negação acabou, assim, por ser caracterizada com os mesmos atributos formais do *legal*: uma unidade popular, imagem inversa da unidade do Estado Imperial, em busca da tomada legítima deste próprio Estado. As intenções e objetivos dos líderes partidários rebelados, portanto, passaram a figurar como a possibilidade da realização unidade do povo em luta.

Não pretendo aqui desqualificar tais líderes, ou rebaixar a importância suas ações. Efetivamente, a luta armada contra os representantes do Império e a tomada do poder, por eles empreendida, foi um feito único na história brasileira. Minha intenção é, simplesmente, afirmar que tais líderes não podem ser considerados como os representantes da unidade do povo em luta, porque esta unidade simplesmente não existia. Repito, os *cabanos* não são um grupo, mas sim a negação do Estado Imperial; não são uma unidade, mas sim uma vasta multiplicidade de grupos, de organizações sociopolíticas e de modos de procedimento da ação.

As relações de antagonismo violentas observáveis na Amazônia, no período caracterizado como a Cabanagem, escapam ao faccionalismo circunscrito à lógica do Estado, porque as próprias formas de organização sociopolíticas em disputa não podem ser todas remetidas a ele. É preciso lembrar que a população da região, na primeira metade do século XIX, era majoritariamente indígena, e estes, tinham seus próprios critérios e formas de organização social. O Estado em formação, herdeiro da colônia, era uma das formas de organização social entre várias outras possíveis na Amazônia; a forma que pretendia exercer o domínio total das pessoas e do território, a forma que se pretendia universal.

Não é, portanto, a positivação da negação, caracterizada como unidade popular pela tomada do poder de Estado, que pode plenamente reabilitar, no plano das idéias, as ações dos *cabanos*. Trata-se de negar a negação, de observar o que o próprio Estado negava, de tentar verificar o que tais grupos, rebeldes à ordem deste Estado, afirmavam. É preciso preencher com conteúdos objetivos e concretos aquilo que foi caracterizado como ausência. E pretendo fazê-lo incluindo as formas de organização sociopolíticas indígenas no debate.

Não se trata de retirar o Estado da análise, mas sim de situá-lo, como instituição centralizada, mas fragmentada internamente, num campo de possibilidades de efetivação da política mais amplo, no qual

ele não é o referencial único e necessário da ação. Os índios são constantemente citados como os principais atores sociais envolvidos na Cabanagem, mas ainda hoje pouco se sabe acerca de suas atuações. Juntamente com os negros escravos, e os mestiços, é a eles que a negação que envolve o *cabano* se refere com pleno vigor. Negar a negação, portanto, é apresentar modalidades outras de organização sociopolítica, bem como suas possíveis intenções nos conflitos, e não identificar todas as ações à tomada de poder do Estado.

Redes políticas ameríndias e formação do Estado na Amazônia

Recentes teorias da antropologia histórica amazônica (Dreyfus, 1993; Taylor, 1984, 1994; Fausto, 2001) afirmam que as redes políticas ameríndias, sobretudo no curso dos grandes rios, haviam, já ao final do século XVIII, se esgarçado completamente devido à ação do Estado. Este teria passado a controlar o curso dos grandes rios, fazendo com que as populações indígenas recuassem para o interior. Tais autores, entretanto, pouco tratam da primeira metade do século XIX, deslocando diretamente o foco de suas análises para sua segunda metade, quando iniciado o *boom* da borracha.

A continuidade histórica indígena, daí em diante, caracterizada até as "pacificações" dos tempos do SPI e FUNAI, é trabalhada no eixo do processo de atomização das comunidades locais, territorialmente distanciadas, sem possibilidade de transitar livremente no território, para a efetuação de "trocas totais", envolvendo bens, palavras e mulheres, conforme definição de Pierre Clastres [1967], forjada a partir e em conformidade com a teoria da aliança de Lévi-Strauss [1949].

O elemento-chave do processo histórico em curso - das redes políticas ameríndias de até o final do XVIII, para o ciclo da borracha da segunda metade do XIX - é a sedimentação da preeminência do Estado como lógica social englobante. As morfologias sóciopolíticas ameríndias teriam perdido seu caráter abrangente e englobante. Grandes formações políticas até o final do XVIII, pequenos aglomerados locais, mônadas tribais, na contemporaneidade. De amplo escopo político, teria restado apenas o Estado.

Porém, ao longo da história, as redes ameríndias não foram efetivamente rompidas; e os grupos locais não são e nunca foram simplesmente mônadas isoladas (Gallois, 2001). O que houve foi um processo contínuo de transformação. Trata-se, nos termos de Carlos Fausto, de uma "recriação dialética mediada pelas relações e mútuas apropriações de processos internos e externos" (2001). No seio dessas grandes transformações, está, evidentemente, a inclusão do Estado e seus atores no campo das trocas e das guerras.

O Estado colonial na Amazônia, de meados do século XVII, era a formação social englobada pelas formações políticas ameríndias; sua organização consistia de apenas alguns poucos povoados e entrepostos comerciais fortificados nas proximidades da foz do Amazonas e nada mais. Ao interior partiam apenas missões militarizadas de catequese, de troca de produtos, de captura de cativos e de reconhecimento do território.

A partir da segunda metade do século XIX, o Estado Nacional teria passado, então, a se afirmar como formação sociopolítica preponderante. Foi neste período que ele passou a dominar o curso dos grandes rios, foi nesse período que as divisas surtidas pela produção de borracha passaram a incrementar e melhor instrumentalizar suas instituições; foi neste período, também, que a alteração da composição populacional amazônica (que teve nos grandes extermínios da Cabanagem seu momento anterior) se sedimentou profundamente, com a migração massiva de nordestinos em busca de trabalho na produção de borracha.

Desta perspectiva, ao longo dos séculos XVII e XIX, a assimetria de forças, compreendida pelo controle da calha dos grandes rios, teria se invertido: as formações sociopolíticas ameríndias passaram de formas englobantes para formas englobadas de organização social. O Estado teria efetivado seu domínio e as organizações sociais ameríndias teriam recuado.

Desta maneira, se for mesmo possível caracterizar o período até o final do século XVIII pela hegemonia das formações sociopolíticas ameríndias e a segunda metade do século XIX como a asseguarção da hegemonia do Estado, é nos eventos ocorridos na primeira metade do século XIX que é preciso que nos debruçemos para a compreensão dos processos sociopolíticos que engendraram tal inversão.

A primeira metade do século XIX, entretanto, ainda é um momento pouco compreendido pela antropologia histórica. E é, justamente, nele que os grandes conflitos da Cabanagem se situam. É um momento decisivo para a história indígena, mas ainda carente de interpretações. E é, exatamente, sobre ele pretendo lançar uma hipótese.

Tal período não se caracteriza nem pela preponderância plena das organizações sociopolíticas indígenas no curso dos grandes rios, e nem tampouco pela preponderância efetiva do Estado. Trata-se de um momento crucial onde se pode observar um amplo entrecruzamento dessas duas lógicas. As redes políticas indígenas encontravam-se amplamente entretecidas com as instituições estatais, e, estas, encontravam, justamente nessas redes, a possibilidade de sua formação. Relações de troca (lingüísticas, produtivas e matrimoniais), relações de trabalho caracterizadas pela subjugação forçada

do indígena, e relações de guerra mantidas em um equilíbrio tenso e frágil que culminou na generalização dos conflitos durante a Cabanagem.

Apesar das negociações e entrecruzamentos entre tais lógicas de estruturação social acredito ser possível colocá-las em oposição. Afinal, o Estado, com sua pretensão à universalização, é (ou foi neste período), pela necessidade de afirmação de seu pacto, contra as formações sociopolíticas ameríndias. Enquanto que estas, na clássica formulação de Pierre Clastres [1974], são contra o Estado, no sentido da recusa a um órgão de poder separado da sociedade, da recusa de uma chefia com poder de coerção.

A Cabanagem, então, engloba em seus conflitos uma fundamental rede de eventos em que se pode observar o entrecruzamento tenso e conflituoso entre tais lógicas opostas de estruturação da vida social. É o momento em que as formações sociopolíticas ameríndias e o Estado se encontravam em um certo equilíbrio tenso de forças que redundou em uma guerra generalizada, realizada por um complexo jogo de alianças situacionais.

O caráter complexo de tal guerra e de tais alianças é que, tanto as organizações sociopolíticas ameríndias, quanto o Estado Imperial brasileiro em formação, operavam por um evidente jogo de facções de difícil caracterização dos grupos. O Estado e as formações sociopolíticas ameríndias não operavam em blocos opostos e antagônicos, mas sim a partir de convergências e antagonismos efetivados pelo equilíbrio frágil das, já mencionadas, alianças situacionais. Trata-se de alianças contra um inimigo comum, e não por uma causa compartilhada.

Facções do Estado e facções ameríndias poderiam em determinado momento se entrecruzarem e, em outro, se antagonizarem. O Estado poderia, também, situacionalmente em bloco rechaçar as ações indígenas; enquanto que, alguns grupos poderiam rechaçar, por completo, o Estado. Tal jogo de alianças, desta maneira, entreteceu de modo complexo e problemático na prática efetiva dos combates todos os atores sociais presentes nas proximidades das calhas dos grandes rios.

É este, em minha opinião, o caráter político complexo deste evento ainda carente de explicações detalhadas: lógicas sociopolíticas opostas, mas entrecruzadas em um equilíbrio tenso. O Estado, apesar de sua fragmentação interna, pôde se sobrepor, posteriormente, pois sua lógica unitária é capaz de englobar sua própria fragmentação interna: o múltiplo é englobado pelo unitário. Enquanto que as formações ameríndias, por serem regidas pela lógica do múltiplo, não poderiam de forma alguma se autoafirmarem como unidade. Afinal, isso seria, nas palavras de Pierre Clastres, a negação de seu próprio *ser*.

Bibliografia

ADAM, Michel. 1997. “La Guerre”. In: ABÉLÈS, Marc & JEUDY, Henri-Pierre. 1997. *Anthropologie du Politique*. Armand Colin, Paris.

ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida Rita. [Orgs.]. 2002. *Pacificando o Branco: cosmologias do contato norte-amazônico*. Editora UNESP, São Paulo.

ALBERT, Bruce. 1992. “A Fumaça do Metal: História e representações do contato entre os Yanomami”. In: Anuário Antropológico/89, Rio de Janeiro. Pp: 151-189.

AMORIM, Francisco Gomes. 1875. *Os Selvagens*. Livraria Editora Mattos Moreira e Cia, Lisboa.

AMOROSO, Marta Rosa. 1991. *Guerra Mura no século XVIII: Versos e Versões. Representações dos Mura no Imaginário Colonial*. Campinas, IFCH-UNICAMP. Dissertação de Mestrado.

_____. 1992. “Corsários no Caminho Fluvial: os Mura no Rio Madeira”, in: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. 1839. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*.

Santos & Cia, Pará.

_____. 1969. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. UFPA, Belém.

BALANDIER, Georges. 1969. *Antropologia Política*. EDUSP, São Paulo.

BALÉE, William. 1984. *The Persistence of Ka'apor Culture*. Columbia University.

BATES, Henry Walter. 1979. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte ; EDUSP, São Paulo.

BOCCARA, Guillaume. 2001. “Mundos nuevos en las fronteiras del nuevo mundo. Relectura de los procesos coloniales de etnogénesis, etnificación y mestizaje em tiempos de globalización”. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, E-review –UMR8565.

BURKE, Peter. 1992. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro”, in: *A Escrita da História: novas perspectivas*. Ed.Unesp, São Paulo.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1976. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. Pioneira, São Paulo.

CARDOSO, Sérgio. 1995. “Fundações de uma Antropologia Política: o caminho comparativo na obra de J.-W Lapierre”. *Revista de Antropologia*, v.38, n° 1, São Paulo. Pp: 7-47.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 1986. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. Ed.Brasiliense, São Paulo.

_____. 1987. *Os Direitos do Índio*. Ed. Brasiliense, São Paulo.

_____. 1992. *História dos Índios no Brasil*. Cia. das Letras, São Paulo. [Org.].

CARREY, Emily. 1862. *Os Revoltosos do Pará*. Typografia do Futuro, Lisboa.

CASTRO, Eduardo Viveiros & CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. [Orgs.]. 1993. *Amazônia. Etnologia e História Indígena*. NHII-USP & FAPESP, São Paulo.

CHIAVENATO, Júlio José. 1984. *Cabanagem: O Povo no Poder*. Ed. Brasiliense, São Paulo.

CLASTRES, Pierre. 2003 [1974]. *A Sociedade contra o Estado*. Cosac & Naify, São Paulo.

_____. 2004 [1974 – 7]. *Arqueologia da Violência: ensaios de antropologia política*. Cosac & Naify, São Paulo.

COSTA, Emília Viotti da. 1977. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. Grijalbo, São

Paulo.

DESCOLA, Phillipe. 1988. “La Chefferie Amérindienne dans l’Anthropologie Politique”. In : *Revue Française de Science Politique*, vol. 38, no. 05, out.88. La Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris. pp : 818-826.

_____. 1993. “Les Affinités Sélectives: Alliance, Guerre et Prédation dans l’ensemble Jivaro”. In : *L’Homme* 126-128, avr.-déc. 1993, XXXIII (2-4), Paris. pp : 171-190.

DI PAOLO, Pasquale. 1986. *Cabanagem: a Revolução Popular da Amazônia*. CEJUP, Belém.

DIAS, Eurípedes da Cunha. 2001. *Arqueologia dos Movimentos Sociais*. Separata UNB nº 310, Brasília.

DREYFUS, Simone. 1993. “Os Empreendimentos Coloniais e os Espaços Políticos Indígenas no Interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 1796”. In: CASTRO, Eduardo Viveiros & CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. [Orgs.]. 1993. *Amazônia. Etnologia e História Indígena*. NHII-USP & FAPESP, São Paulo.

DUMONT, Louis. 1992. *Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. EDUSP, São Paulo.

FARAGE, Nádia. 1991. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas do Rio Branco e a colonização*. Paz e Terra / ANPOCS, Rio de Janeiro.

FAUSTO, Boris. 2001. *História concisa do Brasil*. Imprensa Oficial & Edusp, São Paulo.

FAUSTO, Carlos. 2001. *Inimigos Fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. EDUSP, São Paulo.

FERREIRA, Eliana Ramos. 1999. *Em Tempo Cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial, primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado disponível na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FLAMARION CARDOSO, Ciro. 1984. *Economia e Sociedade em áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750 – 1817)*. Edição Graal, Rio de Janeiro.

FRANCHETTO, Bruna & HECKENBERGER, Michael. [Orgs.]. 2001. *Os Povos do Alto Xingu: História e Cultura*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro.

FREIRE, José Ribamar Bessa. 1994. *A Amazônia Colonial (1616-1798)*. Ed. Metro Cúbico, Manaus. (Coord.).

_____. 2003. *Da Língua Geral ao Português: para uma História dos Usos Sociais das Línguas na Amazônia*. Tese de doutorado defendida no Instituto de Letras – UERJ, Rio de Janeiro.

_____. 1995. *Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro*. UERJ, Rio de Janeiro. [2 Volumes].

GALLOIS, Dominique Tilkin. 1986. *Migração, Guerra e Comércio: os Waiapi na Guiana*. FFLCH-USP, São Paulo.

_____. 1993. *Mairi Revisitada: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi*. São Paulo, NHII-USP/FAPESP.

_____. 2001. *Sociedades indígenas e suas Fronteiras na região sudeste das Guianas*. 4º Relatório de andamento da pesquisa temática (abril de 2000 a maio de 2001). São Paulo, NHII/FAPESP (95/0602-0).

GEERTZ, Clifford. 1989. *A Interpretação das Culturas*. LTC, Rio de Janeiro.

GELLNER, Ernest. 1997 [1995]. *Antropologia e Política: revoluções no bosque sagrado*. Jorge Zahar Editor, São Paulo.

GINZBURG, Carlo. 1989. “O Inquisidor como Antropólogo: uma analogia e a suas implicações”, in: *A micro-história e outros ensaios*. DIFEL, Lisboa.

_____. 1991. *História Noturna: decifrando o Sabá*. Cia das Letras, São Paulo.

GOMES, Flávio dos Santos. 1996. “Nas Fronteiras da Liberdade: mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia Colonial”. In: *Anais do Arquivo Público do Pará*. V.2, t.1, 1-250. 1996. SECULT/PA, Belém. Pp: 125-153.

GUIMARÃES, Renato. 2000. “Cabanagem: a revolução no Brasil”. In: *Dois estudos para a mão esquerda*. Ed. Revan.

HANNERZ, Ulf. 1997. “Fluxos, Fronteiras e Híbridos: palavras-chave da Antropologia Transnacional”. *Mana* 3 [1], UERJ, Rio de Janeiro.

HEMMING, John. 1987. *Amazon Frontier: The Defeat of the Brazilian Indians*. Harvard University Press, Cambridge. Pp- 131- 271.

HURLEY, Jorge. 1936. *Traços Cabanos*. Oficina Gráfica do Instituto Lauro Sodré, Belém.

KIDDER, Daniel Parish. 1980. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil*. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte ; EDUSP, São Paulo.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1996. *Antropologia Estrutural*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.

_____. [1983]. “História e Etnologia”. In: Lea, Vanessa. Textos Didáticos, nº 24, maio de 1996. Campinas, IFCH-UNICAMP.

_____. 1993. “As Descontinuidades Culturais e o Desenvolvimento Econômico”. In: *Antropologia Estrutural Dois* [1973]. Tempo Brasileiro.

MAHALEM DE LIMA, Leandro. 2004. “Presenças Indígenas na Cabanagem: proposta metodológica para a compreensão de suas participações diferenciadas”. Comunicação, ANPUH, UNICAMP, Campinas.

MAW, Henrique Lister. 1989. *Narrativa da Passagem do Pacífico ao Atlântico através dos Andes nas Províncias do Norte do Peru, e descendo pelo Rio Amazonas até o Pará*. Associação Comercial do Amazonas/ Fundo Editorial, Manaus.

MÉNENDEZ, Miguel. 1981. *Uma contribuição para a etnohistória da área Tapajós-Madeira*. São Paulo, FFLCH-USP. (Dissertação de Mestrado).

_____. 1992. “A área Tapajós-Madeira”. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras.

_____. 1985. “Contribuição ao estudo das relações tribais na área Tapajós-Madeira”. *Revista de Antropologia*, 1984-85, v. 27-28, São Paulo.

MENGET, Patrick . 1993. "Notas Sobre as Cabeças Mundurucu". In: *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. CASTRO, Eduardo Viveiros & CARNEIRO DA CUNHA, Manuela [Orgs.]. NHII/USP & FAPESP, São Paulo.

MIRANDA, Bertino. (1908) 1984. *A Cidade de Manáos: Sua história e seus Motins Políticos*. Ed. Umberto Calderaro, Manaus.

MONTEIRO, John. [Org.]. 1994. *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros*. NHII-USP / FAPESP, São Paulo.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. 1988. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)*. Vozes, Petrópolis.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. 1987. “Os Atalhos da Magia: reflexões sobre o relato dos

naturalistas viajantes na etnografia indígena”. In: Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi. Série Antropologia, 3 (2), 1987, Belém.

OVERING, Joana Kaplan. 1995. “O Mito como História: um problema de tempo, realidade e outras questões”. *Mana* 1 [1], UERJ, Rio de Janeiro. Pp: 107-140.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. 1998. *Nos subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. Tese de Doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

POTELET, Jeanine. 1993. “Les Mouvements Fédéralistes sous la Régence”. In : *Le Brésil vu par les Voyageurs et les Marins Français 1816-1840*. L’Harmattan, Paris. Pp : 393-403.

PRADO JÚNIOR, Caio. 1933. *Evolução Política do Brasil: ensaio de interpretação materialista da história brasileira*. Empresa gráfica ‘Revista dos Tribunais’, São Paulo.

RAIOL, Domingos Antônio. 1970. *Motins Políticos – ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém, Universidade Federal do Pará. 3v.

REGO, Orlando L.M de Moraes. 1979. *Calendário Histórico de Belém (1616 – 1946)*. IGH / Fundação Cultural do Estado do Pará, Belém.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. 1942. *Síntese de História do Pará*. [s.n], Belém.

_____. 1979. *História de Óbidos*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

REIS, Gustavo M.R. 1965. *A Cabanagem*. Edições Governo do Estado do Amazonas, Manaus.

RIBEIRO, Berta Gleiser. *O Índio na história do Brasil*. São Paulo: Global Ed. 2ª edição, 1983.

RIBEIRO, Darcy. 1977. *Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Vozes, Petrópolis.

_____. 1996. *Diários Índios: os Urubus-Ka’apor*. Companhia das Letras, São Paulo.

RICARDO, C.A. & GALLOIS, D.T. (Coord. Geral). 1983. *Povos Indígenas no Brasil v.3*. CEDI, São Paulo.

SÁEZ, Oscar Calavia. 2000. “O Inca Pano: mito, história e modelos etnológicos”. *Mana* 6 [2], UERJ, Rio de Janeiro.

SAHLINS, Marshall. 1978. “A Primeira Sociedade da Afluência”. In: CARVALHO, E. A.

[Org.]. *Antropologia Econômica*. Livraria Ed. Ciências Humanas, Ltda., São Paulo.

_____. 1990. *Ilhas de História*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

_____. 1997. “O ‘Pessimismo Sentimental’ e a Experiência Etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em vias de extinção”. [Partes 1 e 2]. *Mana* 3 [1] e 3 [2], UERJ, Rio de Janeiro.

SALLES, Vicente. 1971. *O Negro no Pará*. UFPA e FGV, Belém.

SANTOS, Francisco Jorge dos. 1995. *Guerras e Rebeliões Indígenas na Amazônia na Época do Diretório Pombalino (1757-1798)*. FFLCH-USP, São Paulo. [Dissertação de Mestrado].

SANTOS, Roberto. 1980. *História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)*. T.A Queiroz, São Paulo.

SODRÉ, Nelson Werneck. 1969. *As razões da Independência*. Civ. Brasileira, Rio de Janeiro. Pp.215-251.

SOUZA, Márcio. 1994. *Breve História da Amazônia*. Marco Zero, São Paulo.

_____. 1997. *Lealdade*. Marco Zero, São Paulo. [Romance].

_____. 2001. *Desordem*. Record, Rio de Janeiro / São Paulo. [Romance].

SPIX & MARTIUS. 1981. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte; EDUSP, São Paulo.

SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto A. [Orgs.]. 2002. *História Econômica da Independência e do Império*. Imprensa Oficial, Edusp, Hucitec & ABPHE, São Paulo.

TAYLOR, Anne-Christine. 1984. “L’Americanisme Tropical, une frontière fossile de l’ethnologie?”. (...)

_____. 1988. “Les modèles d’intelligibilité de l’histoire”. In: Descola, Pierre *et alii*. *Les idées de l’anthropologie*. Paris, Armand Colin Éditeur.

_____. 1994. “Génesis de un Arcaísmo: la Amazônia y su Antropología”. In: BERNARD, Carmem (comp.). *Descubrimiento, Conquista y Colonización de América a quinientos años*. Consejo Nacional para la Cultura y las Artes / Fondo de Cultura Económica, México. Pp: 91-126.

THORLBY, Tiago. 1987. *A Cabanagem na Fala do Povo*. Paulinas, São Paulo.

VIANNA, Arthur. 1900. *Pontos de História do Pará*. Imprensa Oficial, Belém.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1986. *Araweté: os Deuses Canibais*. Jorge Zahar Editor & ANPOCS, Rio de Janeiro.

_____. 2002. *A Inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de Antropologia*. Cosac & Naify, São Paulo.

D'ORBIGNY, Alcide. 1976 [1836]. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte; EDUSP, São Paulo. Pp: 09-103.

Fontes Documentais:

Rio de Janeiro

Biblioteca Nacional: Coleção Senador Alencar.

Arquivo Histórico do Itamaraty: Correspondência [presidentes de província]; Arquivo Particular do Barão do Rio Branco; Arquivo Particular Rodrigo de Souza Silva Pontes.